Polícia Civil deflagra operação e prende faccionados envolvidos em extorsão a comerciantes de Rondonópolis

Dois dos presos, apontados como mentores do esquema criminoso, foram alvos de outra operação que desarticulou extorsões praticados a empresários em Várzea Grande

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, na manhã desta quinta-feira (31.7), a Operação Vultus Legis, para cumprir 28 ordens judiciais contra membros de uma facção criminosa envolvida em crimes de extorsão a comerciantes de Rondonópolis.

Os policiais da Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado (Draco) cumprem sete mandados de prisão preventiva, 10 de busca e apreensão, 11 de quebra de sigilo telemático, além do sequestro de contas bancárias e indisponibilidade de valores no montante de R$ 86 mil, expedidos pelo Núcleo de Inquéritos Policiais (Nipo) de Cuiabá. As ordens judiciais são cumpridas nas cidades de Cuiabá, Rondonópolis e no Estado de Sergipe.



As investigações, conduzidas pela GCCO e Draco, iniciaram em janeiro deste ano, após denúncias anônimas sobre a prática de extorsão mediante graves ameaças de morte, realizadas por integrantes de uma facção criminosa, a comerciantes na cidade de Rondonópolis.

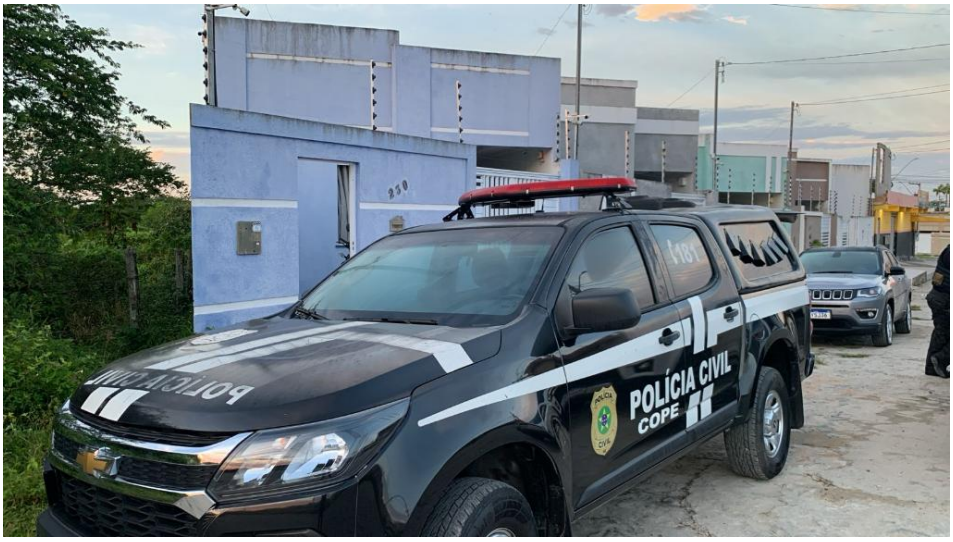
Os elementos coletados nas investigações identificaram um esquema amplo de extorsão, envolvendo líderes da facção atualmente presos, lideranças do grupo em Rondonópolis e intermediários ligados ao recebimento dos valores ilícitos (laranjas).

Dois dos mentores do esquema, que têm mandados cumpridos hoje na operação, também foram alvos da operação A César o que é de César, deflagrada em fevereiro deste ano. Eles já estão presos preventivamente pela prática de extorsões praticadas em desfavor dos comerciantes do camelô da cidade de Várzea Grande.



A operação integra o planejamento estratégico da Polícia Civil por meio da operação Inter Partes, dentro do programa Tolerância Zero, do Governo de Mato Grosso, que tem intensificado o combate às facções criminosas em todo o Estado e também faz parte das ações da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim).

Os trabalhos contaram com o apoio das Delegacias da Regional de Rondonópolis, do Grupo de Atuação Especial ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de Rondonópolis e da Polícia Civil de Aracaju (SE), por meio do Centro de Operações Especiais (COPE), para cumprimento do mandado no município de Itabaiana.



Esquema de extorsão

O delegado Antenor Pimentel Marcondes, responsável pela investigação, apontou que o esquema de extorsão desenvolvido pela facção criminosa era muito mais amplo do que se imaginava inicialmente, abrangendo vários setores do comércio e outras cidades do Estado de Mato Grosso.

O esquema criminoso, que inicialmente foi implantado em Várzea Grande, se expandiu para Rondonópolis com o apoio de lideranças locais, com o objetivo de arrecadar valores para a facção por meio das extorsões. Utilizando perfis falsos no WhatsApp, mas ocasionalmente exibindo o rosto, o mentor do esquema, atualmente preso, se identificava como membro da facção criminosa e responsável pelo “setor de contrabando, descaminho e sonegação”.



Em chamadas individuais e coletivas, ele exigia de comerciantes dos ramos de celulares, tabacarias e distribuidoras o pagamento de uma “taxa sobre faturamento”, calculada com base em notas de compra, venda ou inventário dos estabelecimentos, sob justificativa de um novo “projeto” da facção. Os pagamentos eram realizados via Pix, utilizando contas de terceiros (“laranjas”), ou até em espécie.

O esquema contava também com a participação de faccionados locais, organizados por bairros, incluindo menores de idade, encarregados de coagir comerciantes e buscar valores pessoalmente.

Nos últimos meses, a preferência pelo recebimento em espécie, para evitar rastros bancários, intensificou a coação psicológica e física. Relatos de comerciantes apontam graves impactos psicológicos, com alguns fechando seus estabelecimentos e outros sofrendo complicações de saúde, como infartos e AVCs.

Apesar de conhecerem os faccionados dos bairros, a maioria dos comerciantes se recusa a depor sobre as ameaças que vinham sofrendo, temendo represálias diretas.



Nome da Operação

Vultus Legis, que significa “O rosto da lei”, remete à chegada visível e impositiva da lei onde imperava o medo

“A facção vem tentando expandir seu poder por meio da força e da imposição do terror. O Estado deve enviar uma mensagem clara e direta: O Estado não se desafia, deve ser respeitado. Tolerância zero às facções”, frisou o delegado Antenor Pimentel Marcondes.

A GCCO e a Draco reforçam que denúncias sobre fatos semelhantes podem ser realizadas diretamente à unidade policial, com o sigilo garantido, pelos telefones (65) 98173-0700 ou 197.

O comerciante ou cidadão também pode realizar denúncias anônimas pelo Disque Extorsão. Por meio do número 181, o cidadão pode denunciar crimes de ameaça e extorsão de facções criminosas com garantia de sigilo absoluto.

Assessoria | Polícia Civil-MT